

## **1. Informações gerais**

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia” ou “TEKA”) é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e no NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas sob o nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA tem como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidade fabril em Artur Nogueira (SP).

### **1.1. Recuperação judicial**

A TEKA protocolou pedido de recuperação judicial em 26 de outubro de 2012, sendo este distribuído para 2ª Vara cível de Blumenau e autuado sob o nº 0023674-23.2012.8.24.0008. Participam também do pleito de recuperação as empresas Teka Têxtil S/A, Cerro Azul Participações e Administração Ltda., Teka Investimentos Ltda. e FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda. Através da Assembleia Geral de Credores realizada 02 de outubro de 2013 o plano foi aprovado, sendo homologado pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau em 30 de outubro de 2013.

A decisão de ingressar com o pedido de recuperação judicial objetiva, em síntese, (i) proceder ao reescalonamento do passivo, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas e; (iv) obter novos recursos junto ao mercado para acelerar a recuperação.

Dentre as condições de adimplemento previstas, em síntese, citam-se as condições de tratamento dos créditos quirografários, com privilégio especial, geral ou subordinados, as quais preveem a emissão de debêntures em até 60 (sessenta) dias contados da aprovação do plano, resgatáveis no 12º ano, com correção anual, a partir da emissão, pela TJLP e remuneração, também anual, a taxa de 1,5%.

Após efetivada a homologação do plano, foram interpostos Agravos de Instrumento, com oposição à decisão que homologou aquele.

Em agosto de 2018 foi interposto Recurso Especial contra a decisão que deu provimento ao Agravo de Instrumento, sendo que foi negado seguimento a referido Recurso Especial, interpondo-se, assim, Agravo, o qual não foi conhecido, sendo interposto Agravo Interno. Tal recurso (Agravo Interno) não foi provido, ocorrendo a interposição de Embargos Declaratórios, os quais restaram rejeitados, pelo que foi manejado Recurso Extraordinário, restando este inadmitido, ocorrendo, assim, a interposição de embargos, os quais restaram rejeitados, ocorrendo o manejo de agravo. A tal agravo foi negado provimento, operando-se, pois, o encerramento da insurgência recursal.

Ainda quanto ao tema, consoante decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, restou determinado, cautelarmente, o afastamento do Diretor Presidente da Companhia, Sr. Frederico Kuehnrich Neto, sendo indicada, também pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, pelo prazo inicial de 06 (seis) meses, a Gestora Judicial Fabiane Paula Esvicero para exercer o encargo. Tais determinações judiciais, como nela igualmente foi ordenado, foram noticiadas ao Conselho de Administração, sendo que a Gestora Judicial manifestou ao Juízo sua aceitação.

Outrossim, contra a decisão do afastamento, foi interposto Agravo de Instrumento pelo Sr. Frederico, o qual, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi autuado sob o número 4025521-06.2018.8.24.0000, sendo que, em 25 de janeiro de 2019, restou parcialmente deferido o pedido de efeito suspensivo, determinando-se a convocação de assembleia-geral de credores para designação do substituto do agravante (Sr. Frederico).

Tal decisão, ao apreciar a questão do afastamento do Sr. Frederico, concluiu pelo acerto da deliberação proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, concluindo, pois, pela manutenção do afastamento do Sr. Frederico.

Necessário ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” não afastou da Companhia ou alterou a condição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para atuar diretamente e em conjunto com a presidência da TEKA, cujo encargo, até a deliberação da assembleia supracitada, será exercido pela Administradora Judicial.

Importa ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” também não alterou a condição da Srta. Fabiane como Diretora de Relações com Investidores, cujo exercício foi autorizado por despacho proferido em 12 de novembro de 2018, pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008.

Referido recurso (AI n. 4025521-06.2018.8.24.0000), em 25 de setembro de 2020, teve parcial provimento apenas para confirmar a liminar de fls.7.166/7.177, validando-se a determinação de convocação da assembleia-geral de credores para eleição do substituto da parte agravante (Sr. Frederico).

Importa ainda mencionar que, consoante decisão proferida pelo r. Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, seria realizada, no dia 20 de maio de 2019, ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES, no Ginásio Sebastião Cruz (Galeão), situado na Rua Alberto Stein, s/n., próximo ao Parque Vila Germânica, Bairro Velha, Blumenau/SC.

Todavia, a realização de tal AGC, através da decisão proferida pelo TJSC no 4014278-31.2019.8.24.0000, em que figura como Agravante a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, restou cancelada. A este recurso foi negado seguimento em virtude da perda superveniente de seu objeto.

Em cumprimento a decisão proferida no agravo supracitado, foi designada nova data para realização da AGC, sendo esta realizada em 10 de junho de 2019, ocorrendo a eleição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para o cargo de Diretora Presidente.

No que se refere a AGC, em 07/08/2019, nos autos da RJ, foi, entre outros temas abordados, proferida a seguinte decisão:

*“I - Às fls. 13.915/13.930 a Administradora Judicial apresentou ata da Assembleia Geral de Credores e documentos e requereu sua homologação.*

*Com vista dos autos, o Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido (fl. 14.088).*

**DEFIRO** o pedido e **HOMOLOGO** a decisão proferida pela Assembleia Geral de Credores na qual elegeu a Senhora **Fabiane Paula Esvicero** para o cargo de Diretora Presidente das Recuperandas (fls. 13.931/13.942).”

Oportuno ainda destacar a tramitação do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica n. 0009640-96.2019.8.24.0008.

Ainda quanto ao incidente, importa mencionar que foi deferida a inclusão da empresa Administradora Bonsucesso Ltda.

Outrossim, também importa mencionar que, em face da decisão proferida no agravo de instrumento número 4026265-64.2019.8.24.0000, a Teka promoveu cumprimento de sentença contra MONTE CLARO PARTICIPACOES LTDA.- 03.277.322/0001-70, CELL PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA.- 80.099.294/0001-90, R.M.M.F. PARTICIPACOES LTDA.- 81.625.220/0001-02 e ROLF KUEHNRIK-003.719.209-49, reclamando o pagamento da quantia de R\$ 7.529.315,84.

Em referido cumprimento de sentença foi proferida a seguinte decisão:

“Oficie-se à B3, através dos endereços eletrônicos informados pela parte exequente (operacaobalcao@b3.com.br e depositaria.listados@b3.com.br), solicitando o bloqueio das ações ordinárias - que compõe a posição acionária da empresa Teka Tecelagem - em nome das empresas Monte Claro Participações Ltda., RMMF Participações Ltda., CELL Participações e Administração Ltda. e Rolf Kuehnrich.

As ações da TEKA3, em nome das empresas citadas, deverão ser bloqueadas e impedidas de serem negociadas na Bolsa de Valores até novo comando judicial.

Determina-se, ainda, que a B3 informe o total bloqueado e o valor correspondente na data do bloqueio.

Com a resposta do ofício, lavre-se o termo de penhora das ações, observando-se a quantidade e valor informados pela B3.

Da penhora, intinem-se as partes para se manifestarem, em quinze dias.”

Ainda em relação ao cumprimento supracitado, importa informar que foi determinado pelo Juízo à B3 que “...apresente informações claras acerca da comercialização das ações de propriedade de MONTE CLARO PARTICIPAÇÕES LTDA. (CNPJ sob o n. 03.277.322/0001-70), R.M.M.F. PARTICIPAÇÕES LTDA, (CNPJ sob o n. 81.625.220/0001-02) e ROLF KUEHNRIK, (o CPF sob o n. 003.719.209-49), devendo comprovar nos autos quando foram comercializadas, qual o valor de venda e quem as adquiriu...”

Como consta das manifestações anteriores, os efeitos da recuperação não vinham sendo aplicados nos registros contábeis.

Todavia, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, abaixo parcialmente reproduzido (grifado), a CVM assim se manifestou:

**“a) A Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial.**

**b) Conforme dispõe o artigo 58 da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial) “Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano (...) tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei”. Sendo assim, uma vez que, de acordo com a companhia houve “aprovação do Plano pela Assembleia de Credores realizada em 02 de Outubro daquele mesmo ano (2013)”, aplica-se o disposto no artigo 61 da referida lei, segundo o qual “Proferida a decisão prevista no art. 58**

desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial". **Dessa forma, uma vez vigente o Plano de Recuperação Judicial, sua aplicação é imediata.**

**c) Por conseguinte, a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano de Recuperação Judicial e com as normas contábeis vigentes e aplicáveis para Companhias Abertas, conforme disposições constantes na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).**

**d) Não há conflito entre a Lei 6.404/1976 e a Lei 11.101/2005, uma vez que ambas são aplicáveis a companhias abertas e a segunda, apenas para aquelas em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial.**

**e) Uma vez dentro do Regime de Recuperação Judicial, o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano de Recuperação Judicial.**

**f) Os efeitos da Recuperação Judicial são contados a partir da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial, nos termos do supramencionado artigo 61 da Lei 11.101/2005.**

**g) O regime contábil a ser adotado pela Companhia deve estar em conformidade com as normas contábeis vigentes sem prejuízo de observância à disposição das normas gerais aplicáveis a Companhias Abertas.**

**h) É imprescindível que a Companhia em Recuperação Judicial elabore seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.**

Seguindo a orientação da CVM, inobstante o entendimento acima exposto, conclui-se que, para efeitos contábeis, o Plano de Recuperação Judicial tem sua aplicação imediata, sendo que a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano e o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano, ou seja, a Companhia em Recuperação Judicial deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.

Desta forma, considerando a manifestação da CVM, bem como a obrigatoriedade de transparência, todo o tratamento contábil do passivo contido na RJ foi efetuado com base no próprio plano, dele se extraindo as condições de classificação e atualização dos débitos.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial a posição financeira dos credores é a seguinte:

Classe Credora	Editais	Variação	30/09/2022
Quirografários/T rabalhistas	382.841	210.929	593.770
Garantia real	158.760	80.113	238.873
	<b>541.601</b>	<b>291.042</b>	<b>832.643</b>

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as

informações relevantes. As demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de outubro de 2022.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

### **3. Principais políticas contábeis**

#### **3.1 Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2022.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.



**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.

b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TEKA e suas controladas em 30 de setembro de 2022, apresentadas abaixo:

		Participação (%)			
		30/09/22		31/12/21	
	País	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
FB Ind.e Comércio Textil Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding Gmbh	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

### 3.2 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

#### (a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Itens não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio.

As variações cambiais decorrentes desta diferente forma de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

### **3.3 Instrumentos financeiros**

#### *Tipos de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

#### *Classificação*

##### *Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de *hedge accounting*, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa: este grupo abrange as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.
- Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

#### Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

#### Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são estimados pelo seu valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **3.4 Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.



### **3.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **3.6 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

A provisão de recuperabilidade do Contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

### **3.7 Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

### **3.8 Investimento em controladas**

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

### **3.9 Imobilizado**

#### **Reconhecimento e mensuração**

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

#### **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis.

### **3.10 Intangível**

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados pelo custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo

esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de alterações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

### **3.11 Redução ao valor recuperável *impairment***

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

### **3.12 Provisões**

#### **Geral**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

### **3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **3.14 Impostos sobre as vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 20%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 10%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

### **3.15 Operações com instrumentos derivativos**

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

### **3.16 Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### **3.17 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **3.18 Capital social**

#### Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### **3.19 Resultado por ação**

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das Demonstrações Financeiras.

### **3.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

### **3.21 Reconhecimento de receitas, custos e despesas**

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### **3.22 Demonstração dos fluxos de caixa**

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **3.23 Demonstrações do valor adicionado**

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

## **4. Julgamento e uso de estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.



Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Caixa	7	22	20	64
Bancos conta movimento	169	246	292	546
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>176</b>	<b>268</b>	<b>312</b>	<b>610</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

## 6. Contas a receber de clientes

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por faixa de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Contas a receber clientes mercado interno	64.669	52.296	63.234	51.153
Contas a receber clientes mercado externo	2.979	3.666	3.006	3.697
Impairment (provisão para perdas)	(13.097)	(12.695)	(13.139)	(12.821)
<b>Parcela circulante</b>	<b>54.551</b>	<b>43.267</b>	<b>53.101</b>	<b>42.029</b>
<b>Total Geral</b>	<b>54.551</b>	<b>43.267</b>	<b>53.101</b>	<b>42.029</b>

  

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
<b>Aging list</b> contas a receber de clientes				
Vencidos	1.598	4.069	1.709	4.314
A vencer em até 3 meses	46.970	35.839	45.409	34.356
A vencer entre 3 e 6 meses	5.983	3.355	5.983	3.355
A vencer entre 6 meses e 1 ano	-	4	-	4
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>54.551</b>	<b>43.267</b>	<b>53.101</b>	<b>42.029</b>

  

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
<b>Contas a receber por tipo de moeda</b>				
Reais	52.077	39.690	50.600	38.421
US\$	2.474	3.577	2.474	3.577
Euros	-	-	27	31
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>54.551</b>	<b>43.267</b>	<b>53.101</b>	<b>42.029</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso.

Também são constituídas provisões nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, analisando a situação financeira de cada devedor e histórico de perdas da Companhia.

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**7. Estoques**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>
Produtos acabados	16.220	19.100	16.220	19.100
Produtos em elaboração	23.562	20.021	23.562	20.021
Matérias primas e insumos	4.036	5.905	4.036	5.905
Outros estoques	669	586	1.488	1.242
Impairment	(3.088)	(3.115)	(3.088)	(3.115)
<b>Total dos estoques</b>	<b>41.399</b>	<b>42.497</b>	<b>42.218</b>	<b>43.153</b>

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

Até 30/09/2022, R\$ 21 foram registrados no resultado como reversão de perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 63 como reversão de perda de itens obsoletos ou danificados até 30/09/2021), e R\$ 6 como reversão de ajuste a valor de mercado (R\$ 729 como ajuste a valor de mercado até 30/09/2021).

**8. Tributos a recuperar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>
ICMS	1	39	75	97
IPI	191	256	191	256
PIS/COFINS	-	-	376	337
Crédito reintegra	-	5	-	5
Outros	66	56	103	93
<b>Parcela circulante</b>	<b>258</b>	<b>356</b>	<b>745</b>	<b>788</b>
ICMS	310	266	310	266
Imposto de renda	11.022	11.022	11.022	11.022
PIS/COFINS	2.377	2.299	2.377	2.299
INCRA	1.994	1.954	1.994	1.954
IRPJ/CSLL	756.447	724.258	756.447	724.258
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
<b>Parcela não circulante</b>	<b>776.898</b>	<b>744.547</b>	<b>776.898</b>	<b>744.547</b>

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores foram registrados no balanço da TEKA.

## 9. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 30 de setembro de 2022 está demonstrada a seguir:

<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>43.736</b>
Equivalência patrimonial:	
Participação nos resultados	(726)
Ganhos ou perdas de capital	(2)
Ajustes acumulados de conversão	(253)
<b>Em 30 de setembro de 2022</b>	<b>42.755</b>

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio	Receita Bruta	Resultado	Participação
				Líquido			
Em 31 de dezembro de 2021							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	54.018	18.383	35.635	-	(286)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	4	2	2	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	8.181	-	8.181	-	(27)	99,0000%
		62.203	18.385	43.818	-	(313)	
Em 30 de setembro de 2022							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	53.008	18.087	34.921	-	(713)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	3	1	2	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	7.912	-	7.912	-	(13)	99,0000%
		60.923	18.088	42.835	-	(726)	

## 10. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 30 de setembro de 2022 está demonstrada a seguir:

O montante de R\$ 1.981 (R\$ 1.955 em 2021) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 177 (R\$ 18 em 2021) como despesas administrativas e o montante de R\$ 8 (R\$ 7 em 2021) como despesas com vendas.

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2022

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Controladora	Terrenos	Edificações e Instalações	Maquinas e Equip.	Ferramentas e Utensílios	Equip Proc Dados	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
<b>Taxas cfe. Política de vida útil</b>		<b>2%</b>	<b>2,22%</b>	<b>3,33%</b>	<b>20%</b>	<b>3,33%</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>										
Custo	28.662	83.241	133.486	9.906	3.086	1.773	791	92	373	261.410
Dep. Acum. e Impairment	-	(35.670)	(85.452)	(9.406)	(2.406)	(1.504)	(582)	(28)	-	(135.048)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>28.662</b>	<b>47.571</b>	<b>48.034</b>	<b>500</b>	<b>680</b>	<b>269</b>	<b>209</b>	<b>64</b>	<b>373</b>	<b>126.362</b>
Saldo Inicial	28.662	47.571	48.034	500	680	269	209	64	373	126.362
Adições	-	397	756	28	735	21	-	-	1.792	3.729
Baixas	-	(546)	(10.695)	(12)	-	(53)	-	-	(1.224)	(12.530)
Reversão de Impairment	-	-	1.835	-	-	-	-	-	-	1.835
Reclassificações	-	(780)	(170)	-	-	-	-	-	-	(950)
Depreciação	-	(544)	(1.385)	(24)	(183)	(12)	(3)	(15)	-	(2.166)
Baixas da Depreciação	-	384	5.447	7	-	50	-	-	-	5.888
<b>Saldo Final</b>	<b>28.662</b>	<b>46.482</b>	<b>43.822</b>	<b>499</b>	<b>1.232</b>	<b>275</b>	<b>206</b>	<b>49</b>	<b>941</b>	<b>122.168</b>
<b>Em 30 de setembro de 2022</b>										
Custo	28.662	83.092	123.547	9.922	3.821	1.741	791	92	941	252.609
Dep. Acum. e Impairment	-	(36.610)	(79.725)	(9.423)	(2.589)	(1.466)	(585)	(43)	-	(130.441)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>28.662</b>	<b>46.482</b>	<b>43.822</b>	<b>499</b>	<b>1.232</b>	<b>275</b>	<b>206</b>	<b>49</b>	<b>941</b>	<b>122.168</b>

  

Consolidado	Terrenos	Edificações e Instalações	Maquinas e Equip.	Ferramentas e Utensílios	Equip Proc Dados	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
<b>Taxas cfe. Política de vida útil</b>		<b>2%</b>	<b>2,22%</b>	<b>3,33%</b>	<b>20%</b>	<b>3,33%</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>										
Custo	46.724	132.176	176.426	10.227	3.105	1.879	789	92	373	371.791
Dep. Acum. e Impairment	-	(59.512)	(117.025)	(9.672)	(2.412)	(1.585)	(580)	(28)	-	(190.814)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>46.724</b>	<b>72.664</b>	<b>59.401</b>	<b>555</b>	<b>693</b>	<b>294</b>	<b>209</b>	<b>64</b>	<b>373</b>	<b>180.977</b>
Saldo Inicial	46.724	72.664	59.401	555	693	294	209	64	373	180.977
Adições	-	397	756	28	736	27	-	-	1.792	3.736
Baixas	-	(546)	(17.998)	(12)	-	(53)	-	-	(1.224)	(19.833)
Reversão de Impairment	-	-	5.865	-	-	-	-	-	-	5.865
Reclassificações	-	(780)	(224)	-	-	-	-	-	-	(1.004)
Depreciação	-	(1.332)	(1.746)	(26)	(184)	(17)	(3)	(15)	-	(3.323)
Baixas da Depreciação	-	384	8.423	7	-	50	-	-	-	8.864
<b>Saldo Final</b>	<b>46.724</b>	<b>70.787</b>	<b>54.477</b>	<b>552</b>	<b>1.245</b>	<b>301</b>	<b>206</b>	<b>49</b>	<b>941</b>	<b>175.282</b>
<b>Em 30 de setembro de 2022</b>										
Custo	46.724	132.027	159.184	10.243	3.841	1.853	789	92	941	355.694
Dep. Acum. e Impairment	-	(61.240)	(104.707)	(9.691)	(2.596)	(1.552)	(583)	(43)	-	(180.412)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>46.724</b>	<b>70.787</b>	<b>54.477</b>	<b>552</b>	<b>1.245</b>	<b>301</b>	<b>206</b>	<b>49</b>	<b>941</b>	<b>175.282</b>

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 172 milhões (R\$ 179 milhões em 31/12/2021).

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

A Companhia registrou reversão de *impairment* devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda. Desta forma em 30 de setembro de 2022 o montante acumulado de *impairment* é de R\$ 3.464 na controladora e R\$ 3.664 no consolidado.

**11. Intangível**

Controladora/Consolidado	Direito e Uso	Softwares	Implantação ERP	Total
Vida Útil Estimada (anos)	5	5	5	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>				
Custo	704	562	7.307	8.573
Amortização Acumulada	(704)	(482)	(7.230)	(8.416)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>-</b>	<b>80</b>	<b>77</b>	<b>157</b>
Saldo Inicial	-	80	77	157
Adições	139	28	-	167
Amortização	(9)	(27)	(43)	(79)
<b>Saldo Final</b>	<b>130</b>	<b>81</b>	<b>34</b>	<b>245</b>
<b>Em 30 de setembro de 2022</b>				
Custo	843	590	7.307	8.740
Amortização Acumulada	(713)	(509)	(7.273)	(8.495)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>130</b>	<b>81</b>	<b>34</b>	<b>245</b>

**12. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Mercado interno	57.375	55.723	57.450	55.789
Prov.juros mercado interno	34.187	30.778	34.297	30.887
Fornec.sujeitos à rec.judicial	344.142	326.684	345.683	328.145
<b>Parcela circulante</b>	<b>435.704</b>	<b>413.185</b>	<b>437.430</b>	<b>414.821</b>
<b>Total Geral</b>	<b>435.704</b>	<b>413.185</b>	<b>437.430</b>	<b>414.821</b>
<b>Aging list fornecedores</b>	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>
Vencidos	72.532	69.228	73.052	69.984
A vencer em até 3 meses	18.970	17.257	18.635	16.676
A vencer entre 3 e 6 meses	60	15	60	15
A vencer entre 6 meses e 1 ano	-	1	-	1
Fornec.sujeitos à rec.judicial	344.142	326.684	345.683	328.145
	<b>435.704</b>	<b>413.185</b>	<b>437.430</b>	<b>414.821</b>

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2022

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Fornecedores por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Real	435.704	413.185	437.430	414.821
	<b>435.704</b>	<b>413.185</b>	<b>437.430</b>	<b>414.821</b>

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, fios, produtos químicos e embalagens.

**13. Obrigações sociais**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Obrigações sociais	847.705	823.203	884.317	858.404
Obrigações trabalhistas	21.751	18.933	22.224	19.397
<b>Parcela circulante</b>	<b>869.456</b>	<b>842.136</b>	<b>906.541</b>	<b>877.801</b>

**14. Obrigações fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Obrigações fiscais federais	230.970	210.599	259.146	237.771
Obrigações fiscais estaduais	135.776	132.928	135.802	132.930
Obrigações fiscais municipais	38.970	31.758	38.972	31.758
<b>Parcela circulante</b>	<b>405.716</b>	<b>375.285</b>	<b>433.920</b>	<b>402.459</b>
Obrigações fiscais estaduais	5.358	4.698	5.358	4.698
<b>Parcela não circulante</b>	<b>5.358</b>	<b>4.698</b>	<b>5.358</b>	<b>4.698</b>

**ICMS na base de cálculo PIS e COFINS**

Consoante decisões proferidas no processo número 2005.61.00.009886-2 (TRF3), no qual foi certificado o trânsito em Julho de 2018, restou assegurado a TEKA a não inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Também restou assegurado o direito à compensação das diferenças recolhidas a maior, as quais devem ser compensadas nos termos da Lei nº 10.637, de 30/12/2002 (que modificou a Lei nº 9.430/96) e suas alterações, considerando-se prescritos os créditos oriundos dos recolhimentos efetuados em data anterior há dez anos, contados retroativamente do ajuizamento da ação. A ação foi proposta em 14/06/2005.

**MP 470**

Consonante a decisão proferida no REsp 1490162, foi assegurado a Companhia o aproveitamento da decisão favorável obtida no Mandado de Segurança 5001733-31.2010.4.04.7205, o qual garantiu-lhe o direito de ter examinado seu pedido de parcelamento ou pagamento à vista de débitos, feito conforme moldes delineados na Portaria Conjunta



**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PGFN/RNB nº 9 de 30 de Outubro de 2009, nas condições previstas no Art. 3ª §2º da Medida Provisória nº 470 de 13 de Outubro de 2009.

Com isso, restou assegurada a liquidação de débitos fiscais federais com uso de Prejuízo Fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido próprios, devidamente declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de aproximadamente R\$ 66 milhões.

De outro lado, sem prejuízo da efetiva liquidação dos débitos correspondentes já promovida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, aguarda-se, para fins de reconhecimento contábil dos efeitos desta ação, o desfecho da discussão travada nos autos do processo nº 0001738-18.2015.4.01.3400 (nota explicativa 8), no qual foram periciados os créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido como um todo, de modo que os ajustes de baixa de valores não conflite com a ordem judicial a ser proferida.

**15. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>
Capital de giro	203.525	176.043	203.525	176.043
BRDE	12.910	11.587	12.910	11.587
Debêntures	269	211	269	211
Sujeitos à recup.judicial	389.775	369.344	389.775	369.344
<b>Parcela Circulante</b>	<b>606.479</b>	<b>557.185</b>	<b>606.479</b>	<b>557.185</b>
Debêntures	2.558	2.125	2.558	2.125
<b>Parcela não circulante</b>	<b>2.558</b>	<b>2.125</b>	<b>2.558</b>	<b>2.125</b>
	<b>609.037</b>	<b>559.310</b>	<b>609.037</b>	<b>559.310</b>

**Taxas**

Capital de giro	1,00 a 5,00% a.m. / 1,00 a 2,30% a.m.+IGPM / TR+0,50% a.m
BRDE	TJLP + 7,00% a.a.
Debêntures	TJLP + 1,50% a.a.
Sujeitos à recup.judicial	TJLP + 1,50% a.a.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>
<b>Por data de vencimento</b>				
Vencidos	155.395	134.806	155.395	134.806
Em até 6 meses	49.939	41.818	49.939	41.818
De 6 meses a 1 ano	11.370	11.217	11.370	11.217
Acima de 1 ano	2.558	2.125	2.558	2.125
Sujeitos à recup.judicial	389.775	369.344	389.775	369.344
	<b>609.037</b>	<b>559.310</b>	<b>609.037</b>	<b>559.310</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>
<b>Por tipo de moeda</b>				
Reais	608.059	557.205	608.059	557.205
US\$	978	2.105	978	2.105
	<b>609.037</b>	<b>559.310</b>	<b>609.037</b>	<b>559.310</b>

**Garantias e avais**

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 172 milhões (R\$ 179 milhões em 31/12/2021).

## Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 1.521 (atualizado R\$ 2.558) até 30/09/2022 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

## **16. Imposto de renda e contribuição social**

### a) Impostos diferidos

Em 30 de setembro de 2022 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

Passivo	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
IRPJ sobre diferenças temporárias	22.145	22.988	35.300	36.592
CSLL sobre diferenças temporárias	7.972	8.275	12.708	13.173
<b>Parcela não circulante</b>	<b>30.117</b>	<b>31.263</b>	<b>48.008</b>	<b>49.765</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

### b) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrado no resultado dos períodos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
<b>Conciliação IRPJ/CSLL do resultado</b>				
Resultado antes dos impostos	(124.327)	(101.184)	(124.938)	(102.167)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
<b>Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabilizados)</b>	<b>42.271</b>	<b>34.403</b>	<b>42.479</b>	<b>34.737</b>
<b>Conciliação de Impostos Diferidos</b>				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva reavaliação	843	964	1.044	1.533
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo atribuído	304	226	638	302
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão vida útil	-	-	76	338
<b>IRPJ/CSLL do resultado do período</b>	<b>1.147</b>	<b>1.190</b>	<b>1.758</b>	<b>2.173</b>

## 17. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. Porém no processo de reestruturação que a Companhia enfrenta desde a recuperação judicial, há reflexos como um alto *turnover* de consultores jurídicos e impacta diretamente no controle detalhado dos processos contingentes. Desde 2018 a Companhia envida esforços a fim de ter no detalhe o acompanhamento de cada processo, mas este trabalho ainda não está concluído devido ao alto volume de litígios. Portanto, abaixo divulgamos nossa melhor estimativa com as perdas prováveis e possíveis das contingências.

A posição em 30 de setembro de 2022 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

<b>Controladora</b>	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>247.256</b>	<b>49.358</b>	<b>20.292</b>	<b>316.906</b>
Constituída durante o período		10.704		10.704
Atualização	8.810	3.264	56	12.130
Provisões utilizadas	-	(5.508)		(5.508)
<b>Em 30 de setembro de 2022</b>	<b>256.066</b>	<b>57.818</b>	<b>20.348</b>	<b>334.232</b>

	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
Parcela de curto prazo	-	31.901	-	<b>31.901</b>
Parcela de longo prazo	256.066	25.917	20.348	<b>302.331</b>
<b>Em 30 de setembro de 2022</b>	<b>256.066</b>	<b>57.818</b>	<b>20.348</b>	<b>334.232</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>247.256</b>	<b>49.936</b>	<b>20.292</b>	<b>317.484</b>
Constituída durante o período		10.839		10.839
Atualização	8.810	3.264	56	12.130
Provisões utilizadas		(5.548)		(5.548)
<b>Em 30 de setembro de 2022</b>	<b>256.066</b>	<b>58.491</b>	<b>20.348</b>	<b>334.905</b>

	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
Parcela de curto prazo	-	32.574	-	<b>32.574</b>
Parcela de longo prazo	256.066	25.917	20.348	<b>302.331</b>
<b>Em 30 de setembro de 2022</b>	<b>256.066</b>	<b>58.491</b>	<b>20.348</b>	<b>334.905</b>

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período, cíveis pela variação do IGP-M, e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

### Resumo dos principais objetos vinculados aos passivos contingentes

#### FISCAIS

##### ICMS

Ações relacionadas a autuações fiscais, cujo objeto de discussão é a utilização de créditos diversos, basicamente decorrentes de uso e consumo, bonificações, produtos por encomendas e sobre encargos financeiros.

##### COFINS

Relativas a ações que discutem a incidência sobre as receitas e ingressos diversos de faturamento (produto das vendas de mercadorias e/ou serviços).

Demais ações estão relacionadas a diversas autuações sobre tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes, dentre eles, de glosas efetuadas na apuração dos tributos e divergências quanto as obrigações acessórias.

#### PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

##### INSS

Estas ações estão pautadas na perda provável de discussão sobre verbas de caráter indenizatório que não deveriam incidir na base de cálculo do salário de contribuição.

##### TRABALHISTAS

Referem-se a pedidos diversos em ações decorrentes de contrato de trabalho, dentre estas diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, danos moral e material.

#### CIVEIS

As principais contingências cíveis referem-se a ações de execução movidas por entidades bancárias e tem por base cédulas de crédito, acordos e confissões de dívida firmados entre as partes. A maioria destas ações encontra-se em grau de recurso, não havendo decisão final. Há outras em valores menos significativos que se referem a indenização por danos morais e materiais, ações de cobrança, entre outras.

Juizados Especiais Cíveis – questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

Demais ações – referem-se a diversas ações em curso abrangendo principalmente reclamações de clientes, indenização por danos morais, rescisões de contratos, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

#### Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes que estão em discussão, R\$ 68.166 em causas cíveis, R\$ 782.715 em causas tributárias, R\$ 1.123 em causas trabalhistas.

Além dos registros contábeis já registrados no Passivo da Companhia de parte substancial quanto ao principal dos temas em discussão, as causas estão sendo amplamente defendidas por nossos assessores jurídicos e, considerando a perspectiva possível de êxito, não há constituição de provisão.

#### Depósitos judiciais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>
Depósitos judiciais	37.051	35.810	37.839	36.598
<b>Parcela não circulante</b>	<b>37.051</b>	<b>35.810</b>	<b>37.839</b>	<b>36.598</b>

#### Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 30 de setembro de 2022, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

Créditos de INSS/FGTS	69
	<u>69</u>

## **18. Partes relacionadas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Encargos</b>
	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/09/22</b>	<b>31/12/21</b>	
Cell Participação e Adm.Ltda	9.733	8.772	16.599	15.061	103 % CDI
Partes relac.sujeitas à recup.judicial	18.300	17.340	18.300	17.340	TJLP + 1,5%a.a.
<b>Passivo circulante</b>	<b>28.033</b>	<b>26.112</b>	<b>34.899</b>	<b>32.401</b>	
FB Ind.e Comércio Textil Ltda	46.932	46.413	-	-	-
Teka Têxtil S.A.	4.334	4.330	-	-	-
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	266	266	-	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>51.532</b>	<b>51.009</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

#### Remuneração da Administração

Conforme estabelecido, para 2022 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/22</b>	<b>30/09/21</b>	<b>30/09/22</b>	<b>30/09/21</b>
Remuneração do conselho de administração	141	135	141	135
Remuneração da diretoria	530	512	530	512
	<b>671</b>	<b>647</b>	<b>671</b>	<b>647</b>

Neste grupo estão conselheiros de Administração e os Diretores.

## 19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

### Capital social

O Capital Social é formado de 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- b) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

### Reservas de lucros

#### Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Até 30 de setembro a Companhia não constituiu reserva legal.

### Outros resultados abrangentes

#### Reservas de reavaliação e Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. Os efeitos da Reserva de Reavaliação e do Ajuste de Avaliação Patrimonial são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo.

## 20. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
<b>Numerador</b>				
<b>Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia</b>				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(82.072)	(66.624)	(82.072)	(66.624)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(41.108)	(33.370)	(41.108)	(33.370)
	<b>(123.180)</b>	<b>(99.994)</b>	<b>(123.180)</b>	<b>(99.994)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	335	335	335	335
Quantidade de ações ordinárias emitidas	168	168	168	168
<b>Total</b>	<b>503</b>	<b>503</b>	<b>503</b>	<b>503</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em Reais)</b>				
Ação preferencial	(244,81522)	(198,73399)	(244,81522)	(198,73399)
Ação ordinária	(244,81522)	(198,73399)	(244,81522)	(198,73399)



## 21. Receitas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Vendas mercado interno	229.190	194.328	229.767	194.560
Vendas mercado externo	18.439	14.295	18.439	14.295
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>247.629</b>	<b>208.623</b>	<b>248.206</b>	<b>208.855</b>
(-) Impostos sobre venda	(52.650)	(44.172)	(52.791)	(44.290)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>194.979</b>	<b>164.451</b>	<b>195.415</b>	<b>164.565</b>

## 22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Depreciação e amortização	2.245	2.065	3.402	3.226
Despesas com folha de pagamento	47.434	42.503	47.877	42.830
Matéria-Prima e materiais gerais	125.728	103.127	125.790	103.164
Frete, comissões e demais despesas variáveis	17.952	13.216	17.952	13.216
Resultado de Equivalência Patrimonial	726	65	-	-
Financeiras Líquidas	110.621	97.732	113.932	98.910
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13.453	5.737	9.642	3.213
	<b>318.159</b>	<b>264.445</b>	<b>318.595</b>	<b>264.559</b>
<b>Classificadas como</b>				
Custos dos produtos vendidos	159.054	134.489	159.993	135.471
Despesas com vendas	23.907	17.959	24.604	18.470
Despesas gerais e administrativas	10.398	8.463	10.424	8.495
Despesas/receitas financeiras	110.621	97.732	113.932	98.910
Equivalência Patrimonial	726	65	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13.453	5.737	9.642	3.213
	<b>318.159</b>	<b>264.445</b>	<b>318.595</b>	<b>264.559</b>

## 23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros	(141.488)	(105.358)	(144.615)	(106.462)
Variação cambial	195	(599)	195	(617)
Outras despesas financeiras	(1.682)	(832)	(1.908)	(899)
	<b>(142.975)</b>	<b>(106.789)</b>	<b>(146.328)</b>	<b>(107.978)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre duplicatas	105	183	105	183
Variação cambial	(81)	210	(81)	210
Outras receitas financeiras	32.330	8.664	32.372	8.675
	<b>32.354</b>	<b>9.057</b>	<b>32.396</b>	<b>9.068</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(110.621)</b>	<b>(97.732)</b>	<b>(113.932)</b>	<b>(98.910)</b>

## 24. Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
<b>Despesas operacionais</b>				
Ajuste a valor recuperável dos estoques	27	(665)	27	(665)
Ajuste ociosidade	(6.730)	(1.296)	(6.730)	(1.296)
Outras despesas	(9.585)	(5.554)	(6.910)	(4.650)
	<b>(16.288)</b>	<b>(7.515)</b>	<b>(13.613)</b>	<b>(6.611)</b>

## 25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

### Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

Diante do cenário de incertezas econômicas que a pandemia global causada pela COVID-19 desencadeou, a Companhia segue acompanhando possíveis impactos na liquidez de suas operações, com o objetivo de identificar e mensurar eventual necessidade de complemento na provisão de perdas com recebíveis apurada nos próximos meses.

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Risco de preço**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

**Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

**Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial**

	<b>30/09/22</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
	<b>Variação</b>	<b>-25%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
<b>Ativos</b>				
Clientes no Mercado Externo	2.474	1.856	3.093	3.711
	<b>2.474</b>	<b>1.856</b>	<b>3.093</b>	<b>3.711</b>
<b>Passivos</b>				
Dívida Bancária	978	734	1.223	1.467
	<b>978</b>	<b>734</b>	<b>1.223</b>	<b>1.467</b>
<b>Exposição Líquida - R\$ Mil</b>	<b>(1.496)</b>	<b>(1.122)</b>	<b>(1.870)</b>	<b>(2.244)</b>
<b>Exposição Líquida - US\$ Mil</b>	<b>(277)</b>	<b>(277)</b>	<b>(277)</b>	<b>(277)</b>
<b>Taxa Dólar</b>	<b>5,41</b>	<b>4,05</b>	<b>6,76</b>	<b>8,11</b>

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros**

<b>Descrição</b>	<b>30/09/22</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Risco</b>
<b>Passivos - Controladora</b>			
Dívida Bancária por Taxa:			
IGPM	117.988	1.180	Alta IGPM
TR	1.474	15	Alta TR
TJLP	405.512	4.055	Alta TJLP
Outros	84.063	840	
	<b>609.037</b>	<b>6.090</b>	

### Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2022 e 2021, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

### Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 30/09/2022 e 31/12/2021, são apresentados a seguir:

	Controladora				Controladora		
Ativos financeiros em 30 de setembro de 2022 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado			Passivos financeiros em 30 de setembro de 2022 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e Recebíveis	Total			Outros passivos financeiros	Total	
Caixa e equivalentes		176	176	Fornecedores		435.704	435.704
Contas a receber		54.551	54.551	Empréstimos e Financiamentos		609.037	609.037
Total		54.727	54.727	Total		1.044.741	1.044.741

	Controladora				Controladora		
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e Recebíveis	Total			Outros passivos financeiros	Total	
Caixa e equivalentes		268	268	Fornecedores		413.185	413.185
Contas a receber		43.267	43.267	Empréstimos e Financiamentos		559.310	559.310
Total		43.535	43.535	Total		972.495	972.495

### Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade da *commoditie* algodão. Suas atividades operacionais requerem aquisição e produção em continuidade de produtos têxteis e, portanto, requerem fornecimento contínuo de algodão.

## **26. Informações por segmento**

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2022

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

<b>Em 30 de setembro de 2022</b>	<b>Tecelagem</b>	<b>Fiação</b>	<b>Corporativo</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>194.979</b>	<b>3.949</b>	<b>4.078</b>	<b>203.006</b>
Receita entre segmentos	(3.642)	(3.949)	-	(7.591)
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>191.337</b>	<b>-</b>	<b>4.078</b>	<b>195.415</b>
Depreciação e amortização	(2.245)	(139)	(1.018)	(3.402)
Receitas financeiras	32.354	-	42	32.396
Despesas financeiras	(142.988)	(3.087)	(253)	(146.328)
Provisão IRPJ e CSLL	1.147	281	330	1.758
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(119.510)</b>	<b>(2.765)</b>	<b>(905)</b>	<b>(123.180)</b>
<b>Ativo total</b>	<b>1.043.945</b>	<b>4.852</b>	<b>50.058</b>	<b>1.098.855</b>
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	3.896	-	7	3.903
<b>Passivo total</b>	<b>1.043.945</b>	<b>4.852</b>	<b>50.058</b>	<b>1.098.855</b>

<b>Em 30 de setembro de 2021</b>	<b>Tecelagem</b>	<b>Fiação</b>	<b>Corporativo</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>164.451</b>	<b>4.216</b>	<b>2.777</b>	<b>171.444</b>
Receita entre segmentos	(2.663)	(4.216)	-	(6.879)
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>161.788</b>	<b>-</b>	<b>2.777</b>	<b>164.565</b>
Depreciação e amortização	(2.065)	(140)	(1.021)	(3.226)
Receitas financeiras	9.057	-	11	9.068
Despesas financeiras	(106.807)	(1.086)	(85)	(107.978)
Provisão IRPJ e CSLL	1.190	22	961	2.173
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(98.971)</b>	<b>(725)</b>	<b>(298)</b>	<b>(99.994)</b>
<b>Ativo total</b>	<b>978.791</b>	<b>5.174</b>	<b>51.510</b>	<b>1.035.475</b>
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	1.758	-	-	1.758
<b>Passivo total</b>	<b>978.791</b>	<b>5.174</b>	<b>51.510</b>	<b>1.035.475</b>

## 27. Política de seguros

Após o pedido de recuperação judicial a Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. Inicialmente o valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, atualmente ocorre a dificuldade de aceitação por parte das companhias seguradoras, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

## 28. Recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes sofreram perdas por "*impairment*".

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por “*impairment*”:

	Controladora			Consolidado		
	Contas a receber	Estoques	Imobilizado	Contas a receber	Estoques	Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2021	(12.695)	(3.115)	(5.299)	(12.821)	(3.115)	(9.529)
Constituições (resultado)	(1.137)	(1.362)	-	(1.188)	(1.362)	-
Reversões (resultado)	735	1.389	1.835	870	1.389	5.865
Em 30 de setembro de 2022	(13.097)	(3.088)	(3.464)	(13.139)	(3.088)	(3.664)

A Companhia ajustou o *impairment* do ativo imobilizado, baseado em laudos elaborados, divididos da seguinte forma:

- Fluxos de caixa futuros derivados de uso contínuo dos ativos relacionados
- Máquinas - valor de venda

A posição de 30 de setembro de 2022 reflete reversão de *impairment* no valor de R\$ 5.865 devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda.

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, analisando a situação financeira de cada devedor e histórico de perdas da Companhia.

\* \* \* \* \*